

O Movimento Negro no “Unibairros”, Jornal Alternativo de Juiz de Fora/MG da década de 1980¹

Isabella de Sousa Gonçalves (graduanda em Jornalismo)²
Christina Ferraz Musse (doutora em Comunicação e Cultura)³
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) / MG

Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar como o jornal alternativo “Unibairros – O jornal dos bairros de Juiz de Fora” abordava o movimento negro. O periódico foi produzido por moradores e jornalistas da cidade nos anos 1980, uma década marcada por movimentos sociais e pela redemocratização do Brasil. Ele teve o seu início em 1980 e o seu término em 1989, anos nos quais o movimento negro foi pauta recorrente de suas páginas. O “Unibairros” era um jornal de reivindicações, espaço de entretenimento e posicionamento político diante do contexto da época. Esse artigo é resultado da investigação de arquivos em profundidade, por uma abordagem historiográfica.

Palavras-chave: Unibairros; Jornalismo Alternativo; Jornal de Bairros

Introdução

Ao longo das três últimas décadas, diversas mudanças ocorreram na imprensa, tais como o uso de novas tecnologias e transformações nas técnicas e na gestão dos grandes jornais. A ditadura militar foi um período marcante na história do jornalismo, uma vez que nessa época, os profissionais tiveram que se adaptar à censura, que impedia matérias contrárias ao regime militar.

Os jornalistas, a partir de 1964, tiveram de trabalhar sob um regime militar autoritário que reprimia as atividades políticas, impedia a manifestação de ideias contrárias ao governo e censurava os meios de comunicação. A abertura política, iniciada no governo Geisel (1974-1979) e levada adiante no governo Figueiredo (1979 – 1985), alterou lentamente esse quadro. (ABREU, 2002, p.07-08)

A repressão da ditadura, entretanto, motivou o surgimento de uma imprensa alternativa que resistia ao regime e procurava noticiar o que não era abordado pela

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de graduação do 5º período de Jornalismo na Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Pesquisa da UFJF e membro do grupo de pesquisa Comunicação, Cidade, Memória e Cultura. E-mail: isgoncalvess@gmail.com

³ Jornalista, Mestre e Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Professora da UFJF no curso de Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Coordenadora do projeto “Memórias da Imprensa de Juiz de Fora” e do grupo de pesquisa Comunicação, Cidade, Memória e Cultura. E-mail: musse@terra.com.br.

grande imprensa. Em Juiz de Fora⁴, essa realidade não foi diferente. A cidade enfrentou as mesmas mudanças jornalísticas que o restante do país.

Ao longo de sua história, diversos jornais existiram, tendo Juiz de Fora sido palco de diversos periódicos e acontecimentos históricos. Assim como no restante do país, essa articulação aconteceu a partir do fortalecimento do movimento estudantil em 1966, que mais tarde originaria a chamada imprensa nanica. A imprensa alternativa juiz-forana teve a sua origem em 1970, a partir do Diretório Central de Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Juiz de Fora, que elaborava jornais e revistas. Por conta da ditadura militar, os protestos aconteciam de forma sutil, a partir da manifestação literária e cultural, que resistia ao regime nas entrelinhas.

Um dos jornais alternativos impressos que surgiram nessa época foi o “Unibairros”, que teve a sua articulação de forma gradual a partir de bairros afastados do centro de Juiz de Fora e muitas vezes esquecidos pela Prefeitura. Nessa perspectiva, o periódico procurava abordar as reivindicações desses bairros, além de servir como ferramenta de contestação e para a conscientização da população.

O “Unibairros” foi criado em 1980, logo após a Lei da Anistia⁵ e durante o governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985), que já adotava uma postura de abertura política. Em um momento de forte tensão ideológica, o jornal assumia um caráter político de esquerda, que se manteve em toda a sua linha editorial. Era ligado aos movimentos sociais que originaram o Partido dos Trabalhadores (PT) no dia 10 de Fevereiro de 1980.

Foi em 19 de novembro de 1980 que aconteceu o primeiro encontro do grupo de moradores, que se tornaria o “Unibairros”. Cinquenta e nove pessoas estavam presentes, sendo elas de bairros afastados do centro da cidade e de classe econômica mais baixa. Os bairros que protagonizavam esse movimento eram o Linhares, Vitorino Braga, Santa Cândida, Vila Ideal, São Benedito e Olavo Costa. O objetivo inicial era o de lutar por melhorias de infraestrutura e dar maior legitimidade às reivindicações, tais como as de melhoria de infraestrutura e condições trabalhistas. Além disso, havia a necessidade de

⁴ Cidade mineira localizada a 260km de Belo Horizonte, com população de 1,4 milhões de habitantes.

⁵ A lei 6.683, conhecida como Lei da Anistia, foi promulgada pelo presidente João Baptista Figueiredo em 28 de agosto de 1979 após forte pressão popular. O artigo 1º da lei concedia anistia a todos que cometeram crimes políticos no período de 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

um meio que conscientizasse a população sobre temas políticos, sociais e econômicos, que foi suprida pelo periódico.

O jornal incentivava a participação popular, estimulando a população local a escrever matérias e atuar de forma ativa na sociedade. Suas pautas eram diversas, sendo noticiados assuntos locais e nacionais de temáticas econômicas, políticas e sociais. Além desses assuntos, outras pautas de relevância também eram abordadas, como o movimento feminista, a luta indígena e o movimento negro, temática presente na maior parte das edições.

Esse artigo tem como objetivo analisar o “Unibairros”, demonstrando como essa minoria social⁶ era abordada e percebendo esse enfoque em contraste com a mentalidade de uma época. Das 41 edições do periódico, em 25 delas a temática sobre o movimento negro estava presente. A primeira vez que a temática apareceu foi em 1981, a partir da quinta edição, sendo a última vez, na edição de número 37, em 1988. Foram analisados um exemplar de cada ano, a partir de 1981, sendo eles: 5, 11, 17, 22, 26 e 30, 31 e 37. Os exemplares estudados foram aqueles que estavam disponíveis em acervo online. O estudo amplo permite que seja contabilizado o número de matérias sobre essa minoria e a evolução dessa abordagem ao longo dos 10 anos de existência do jornal.

A imprensa alternativa na ditadura militar

Em 31 de março de 1964, o Brasil vivenciou o golpe militar. Inicialmente, a maioria dos proprietários dos jornais tradicionais se posicionava a favor da “revolução”, compartilhando os ideais da UDN, o partido político que se juntou aos militares para depor o presidente João Goulart. (ABREU, 2002)

Udenista era a família Mesquita, proprietária de O Estado de S. Paulo, assim como Roberto Marinho, dono de O Globo. Hebert Levy, proprietário da Gazeta Mercantil, jornal que ganharia importância nos anos 1970, tinha sido um dos fundadores da UDN em 1945 e foi um dos articuladores do movimento golpista em 1964. (ABREU, 2002, p.07-08)

Em maio de 1964, nasceu o “Pif Paf”, primeiro jornal alternativo do Brasil. Na mesma época, o “Opinião”, “O Pasquim” e o “Versus” também tiveram o seu surgimento, conquistando destaque. Esses jornais serviam de resistência à ditadura militar, abordando pautas que não eram noticiadas pela grande imprensa. Nessa luta, os

⁶ Nesse artigo, as minorias sociais serão entendidas como aquelas que têm condições sociais mais frágeis, sofrendo discriminação dentro da sociedade.

escritores satíricos e cartunistas foram fundamentais, sendo coesos na oposição. O humor desempenhado pelas pautas alternativas atuou como terapia coletiva, de forma a dissipar as tensões da época. (KUCINSKI, 1991)

Submetidos à persistente censura, que suprimia e mutilava originais, e à má vontade dos proprietários da grande imprensa, os humoristas ergueram uma imprensa própria, a alternativa. Com ela, driblaram o poder, num exercício lúdico típico de seu ofício. Nesse jogo, foram até presos. Mas ao contrário dos jornalistas convencionais, entre os quais prevaleceu o conformismo, não desistiram. E, apesar das rivalidades naturais entre os grandes artistas, formaram um bloco diversificado em estilos e visões, mas sólido na visceral oposição à ditadura. (KUCINSKI, 1991, p.26)

A imprensa alternativa ia de encontro com os interesses governamentais e empresariais, fugindo de oligopólios midiáticos existentes ao longo de toda a história do jornalismo e da comunicação. (WERNECK, 1999). O jornalismo alternativo, nessa perspectiva, não tinha o lucro como objetivo, estando ele mais interessado na função social que exercia para a população. Procurava fornecer novas opiniões, que eram suprimidas por uma grande imprensa censurada e conformada.

O interesse dessa nova imprensa era o de combater um regime autoritário e o de recriar uma nova identidade cultural para o Brasil. Essa liberdade de imprensa, conquistada em meio à censura, foi protagonizada por estudantes e jornalistas inconformados com a situação vigente.

Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a reestruturação da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam crítica do modelo econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o chamado “milagre econômico”, de 1968 a 1973. Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial. (KUCINSKI, 1991, p.05)

A perseguição a esses jornais era ferrenha. Eles eram classificados como inimigos pelo serviço de segurança brasileiro, sendo considerados como ferramentas de isolamento do governo e difusão do marxismo. Após o estabelecimento do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, editores de “O Pasquim” permaneceram presos por dois meses. Além deles, os editores dos jornais “Resistência”, “Opinião” e “Coojornal” também foram perseguidos e presos. Em diversas ocasiões, as edições dos jornais eram apreendidas, mesmo após passarem pela censura prévia.

Por ir de encontro a um regime autoritário e abordar assuntos não noticiados pelos grandes veículos, a imprensa alternativa atinge um papel de importância na história do jornalismo brasileiro. O seu caráter é sempre o de participação ativa e de

democratização, tratando de temáticas econômicas, políticas e sociais, além de conscientizar a população e atuar na transformação social.

A representação dos negros na imprensa brasileira

A cidade de Juiz de Fora está estrategicamente localizada, sendo um elo entre o porto do Rio de Janeiro e todo o estado de Minas Gerais. Após o período de mineração, Minas Gerais passou a atuar em atividades agrícolas e seus recursos aplicados na produção do café. Nos tempos da expansão cafeeira na Zona da Mata de Minas Gerais, os escravos foram a mão-de-obra principal, sendo utilizados nos mais diversos trabalhos, como na lavoura, além de atuarem em serviços de pedreiros, ferreiros, marceneiros e parteiros. Havia, além disso, os escravos que trabalhavam nas cidades, sendo eles denominados “escravos de ganho” e aqueles que atuavam nos serviços domésticos. O escravo era uma propriedade e era considerado como incapaz pelo poder jurídico (GUIMARÃES, 2001).

Há que se considerar que, a par da economia cafeeira, desenvolveu-se na região de Minas, e especialmente na Zona da Mata, um outro tipo de economia, baseada também no trabalho escravo, que se destinava ao consumo interno. No século XIX, Minas foi considerada a maior província escravista do país (entre 1819/1872) (GUIMARÃES, 2011, p.21).

Juiz de Fora foi uma cidade originada pela construção do Caminho Novo, importante estrada que ligava o Rio de Janeiro ao estado de Minas Gerais. A cidade, por ser forte na produção cafeeira, concentrava um grande número de escravos. Nessa perspectiva, estudar a forma como a imprensa abordava o negro é fundamental para entender a sua representação e a sua busca por direitos ao longo da história, em especial em Minas Gerais, por ter sido um estado com grande contingente de escravos.

O primeiro periódico negro brasileiro foi publicado em 1833, sendo ele “*O Homem de Côr*”, uma publicação liderada por negros libertos da época. Entretanto, antes disso, em 1778, a imprensa negra já teve um papel importante. O planejamento da Revolta dos Alfaiates foi considerado “o primeiro motim urbano brasileiro de raízes propriamente populares, o qual foi organizado por meio de cartazes colados na cidade de Salvador” (FERREIRA, 2014). Percebendo o seu caráter de resistência, a primeira publicação negra pode ser considerada como uma publicação de cunho alternativo, por ir de encontro às ideias de uma época.

De fato, a ligação entre o negro e a imprensa alternativa permanece até anos depois, quando ocorre a ditadura militar, em 1964. O “Versus”, importante periódico alternativo da época, criou um caderno que exclusivamente tratava da questão negra, “Afro-latino-América”, que se tornou um espaço para a militância do movimento negro. Era ele o primeiro jornal negro, localizado dentro de um outro jornal e continha quatro laudas redigidas por intelectuais e poetas negros (KUCISNKI, 1991).

Mas foi após a Guerra Fria que as pautas relacionadas ao negro passaram a ser mais recorrentes na imprensa, em especial por conta dos conflitos étnicos que se intensificaram no cenário mundial, depois de seu término. “A questão de etnia e raça passa a ser pauta do dia nos mais diferentes noticiários.” (FERREIRA, 2006).

No Brasil, a maior mudança da representação do negro na imprensa ocorreu na mesma época, em 1988, ano em que foi comemorado o centenário da abolição da escravidão. Além disso, houve a nova elaboração da constituição brasileira e a organização mundial contra o *apartheid*. O centenário da abolição da escravidão levantou uma série de eventos no país, sendo temática de samba-enredo no carnaval carioca e da campanha da fraternidade católica.

Nessa perspectiva, a imprensa brasileira abordava de forma recorrente esses temas, tomando cuidado com a utilização dos termos sobre os afrodescendentes a partir dos manuais de redação. No manual do “Estado de São Paulo”, por exemplo, existem regras específicas para o tratamento das raças e nacionalidades. O Manual ainda vai além, estabelecendo uma série de orientações para o tratamento de afrodescendentes. “Se necessário, use a forma *negro* (e nunca preto, colored, pessoa de cor, crioulo, pardo, etc.)” (MARTINS FILHO; LOPES, 1939).

Estudar a representação do negro na imprensa é fundamental para entender a história do jornalismo brasileiro, uma vez que os afrodescendentes são 51% da população brasileira. A história dessa minoria reforça a importância desse estudo, uma vez que a sua perseguição, ao longo do período colonial brasileiro, contribuiu para a discriminação racial existente no país e a luta constante por direitos por parte dessa minoria.

O Movimento Negro no “Unibairros”

A primeira edição do “Unibairros” foi lançada em dezembro de 1980, tendo ele a tiragem de 4000 exemplares, formato “standart” e cerca de oito páginas. Não havia um local de redação fixo, uma vez que era composto pela associação de diversos bairros. Mesmo com a presença de micro anunciantes, o jornal custava 5 cruzeiros para a sua manutenção. A equipe do jornal era composta por aproximadamente 20 pessoas, havendo a colaboração dos moradores dos bairros para a redação das matérias, uma vez que a participação popular era incentivada pelo jornal.

O periódico tinha o objetivo de informar a população, reivindicar por direitos e por melhorias para os bairros e para a cidade de Juiz de Fora. Assim como outros jornais da imprensa alternativa, o “Unibairros” possuía um caráter de resistência, indo de encontro com a situação política da época, além de noticiar pautas não abordadas por veículos tradicionais. A sua linguagem era informal, havendo oralidade e coloquialidade em seus textos, de forma a atrair a atenção do seu público alvo.

O “Unibairros” possuía uma ampla diversidade de editoriais, abordando assuntos políticos, culturais e econômicos, além de temáticas como as causas trabalhistas, o movimento feminista, a luta indígena, a situação dos bairros da cidade e o movimento negro, pauta em 25 das 42 edições do jornal, representando 59% das edições (Anexo 1).

A primeira vez que a temática sobre o “Movimento Negro” apareceu foi na edição de nº5, em 1981. Ela noticiava uma reunião realizada no dia 11 de Abril, na qual algumas pessoas negras se reuniram para discutir a situação da minoria no país e em Juiz de Fora. O texto abordava a opressão, a localização majoritária dos afrodescendentes em favelas, além do alto número de negros em empregos desvalorizados pela sociedade.

O negro é oprimido duas vezes: 1ª) Sendo trabalhador, e como a situação da classe trabalhadora é de exploração e opressão o negro sofre estes problemas 2ª) Pela cor de nossa pele e perda de nossa identidade cultural. Como se não bastasse, a maioria da população negra está localizada nas favelas e mocambos; nos empregos podemos observar que as piores funções são destinadas aos negros; nos colégios e universidades o nº de negros é muito reduzido; e piorando ainda mais a nossa situação, a repressão policial atinge de uma forma violenta, visto que o negro é “antes e tudo suspeito “ (UNIBAIRROS, 1981, p.03).

Em 1982, a décima primeira edição traz como tema da coluna as eleições que aconteceriam naquele mesmo ano, tendo como enfoque a participação do negro nelas. O presidente do Partido dos Trabalhadores de Juiz de Fora, José Lima, é entrevistado. As

perguntas abordam a importância do negro nas eleições, a sua organização e participação na sociedade, além da discriminação racial. Para o entrevistado, os negros exercem um papel chave nas eleições, por serem a maioria da população. Ademais, José comenta sobre como a minoria deveria se organizar e assumir a sua identidade negra, para que se fortaleça.

Devido a esse processo que sempre existiu, de colocar o negro em 2º plano a participação do negro ainda é pequena, tanto nos meios culturais, políticos, religiosos. Somente a partir de uns 3 anos pra cá é que o negro realmente está assumindo a condição de negro e procurando criar entidades que representem a sua vontade. Daí a criação da M.N.U (Movimento Negro Unificado) em vários estados do país e uma divulgação da problemática do negro nos meios que foram ditos acima. Então a gente vê que o negro hoje já consegue uma participação maior na sociedade que ainda não é suficiente como parte integrante nessa sociedade. (UNIBAIRROS, 1982, p.06).

A edição 17 de 1983 tem como tema o mercado de trabalho. Na coluna, são abordadas as dificuldades para os negros, quando se trata de conseguir emprego, além de serem os primeiros a ser mandados embora.

A luta é para que trabalhador admitido seja entre 4 trabalhadores, onde um seja (sic) negro; é importante colocar esta reivindicação, porque na medida que os empregos vão escasseando (sic), os patrões começam a adotar formas de aprofundar a divisão da classe operária e os negros são as maiores vítimas. As dificuldades de arrumar emprego são muitas e no emprego, os negros, são (sic) os primeiros a serem mandados embora. (UNIBAIRROS, 1983, p.03).

Em 1984, a edição 22 do “Unibairros” traz a coluna “A Luta do Negro”. Nela, o Grupo Negro Unibairros assina e noticia a articulação do movimento em Juiz de Fora, além de enumerar situações nas quais os negros são prejudicados. Para exemplificar, o grupo pontua o alto índice de desemprego; a grande quantidade de negros em empregos desvalorizados; os salários menores que o dos brancos; a falta de espaço nas escolas; o baixo ingresso nas universidades e a desvalorização da cultura afrodescendente.

Mas os negros sempre lutaram contra esta situação. Para melhor defender seus direitos e lutar contra a discriminação existente (sic) em nossa sociedade, se organizam em entidades específicas. Em Juiz de Fora existem várias entidades. Mas será que levam em frente este trabalho de conscientização e estão lutando ao lado dos negros e dos oprimidos. Alguns meses atrás foi fundada outra entidade “Quilombo de Palmares”, que contou com a presença de um grande nº de negros. Mas não podemos deixar de colocar que a maneira que foi organizado a Assembléia (sic) não garantiu a efetiva participação de todos. (UNIBAIRROS, 1983, p.03).

A edição 26 de 1986 traz a editoria com o nome de “Coluna do Negro”. É traçado um comparativo entre duas datas: 13/05/1888 e 13/05/1985, uma vez que a data de 13 de Maio comemora a abolição da escravatura. No primeiro quadro, 1988, a temática abordada é a escravatura no século XIX, quando a existência dos escravos

começa a ser um prejuízo e o Brasil é um dos últimos a manter a escravidão. O trecho aborda como as leis “libertadoras” atuaram no aumento do menor abandonado, do velho desamparado e corroborou para o crescimento do desemprego e das favelas. O quadro de 1985 mostra que mesmo com quase cem anos de abolição, a situação do negro não sofreu tanta alteração quanto deveria.

Hoje, os negros como em 1800, sofrem as mesmas discriminações, obrigados a viver em periferias (quando não em favelas), não têm direito em ocupar (sic) grandes cargos (políticos, empresas estatais particulares), oficialato das formas armadas (sic), governos municipais, estaduais e federais, ministérios) e inclusive nas comissões criadas pelo Congresso Nacional, como a que cuidará da comemoração dos 100 anos do “fim da escravidão”, que não tem sequer um negro. (UNIBAIRROS, 1986, p.06).

O negro não recebe grande destaque na editoria da edição 30 de 1987. Entretanto, uma pequena crítica ilustra os 472 anos de dominação sobre o negro, que incluem os 372 anos de escravidão e 100 anos de dominação (Anexo 2).

A edição 31 do mesmo ano, por outro lado, dá um grande destaque na capa para o movimento, por meio da ilustração de negros e dos dizeres “No meio da noite, poetas e meninos excomungam os opressores na ciranda dos quilombos.” (Anexo 3) A capa se relaciona com temática negra no editorial, que se posiciona contra a comissão criada pela Prefeitura para as data comemorativa de abolição da escravatura. De acordo com o Grupo Negro do Unibairros, a comissão não recebeu nenhum respaldo da comunidade negra local e o editorial ainda pontua o entendimento da data como um momento de repúdio à situação negra da época, e não como uma comemoração.

A última vez em que a temática negra apareceu no “Unibairros” foi na edição 37 de 1988, que também traz o negro como capa, por se tratar de Maio de 1988, data dos 100 anos de abolição (Anexo 4). Nessa edição, o movimento negro é abordado na editoria “Você sabia?”, que levanta uma série de curiosidades sobre a situação dos afrodescendentes no Brasil. Além disso, a temática também é levantada no editorial, que pontua o 13 de Maio como o dia nacional de denúncia ao racismo.

13 de Maio não é nosso dia. Nada de festas e comemorações. Não temos o que festejar. Na realidade não houve abolição. Quem ficou livre foram os senhores de terra e os capitalistas para explorar ainda mais o negro ex-escravo, os trabalhadores. Que liberdade é essa que negou aos homens, mulheres e crianças o acesso à terra, ao emprego, ao salário digno, saúde e educação. (UNIBAIRROS, 1988, p.08).

O Unibairros se destacou por sua diversidade de abordagens, uma vez que não se concentrava apenas nas reivindicações por melhorias estruturais nos bairros e ia além,

abordando assuntos políticos, econômicos e sociais de importância local e nacional. Além disso, dava um destaque para as minorias, que nem sempre eram pauta na grande imprensa ou mesmo na alternativa. A temática sobre o movimento negro se encontra presente no jornal em grande parte das edições, levantando discussões sobre qual o papel da minoria na sociedade atual e a realidade presente da discriminação racial, muitas vezes negada no Brasil.

Considerações Finais

A década de 1980 é marcada pela reconquista de liberdades perdidas durante a ditadura militar. Por se tratar de um momento de retomada, há uma ampla vontade de debater e é nesse contexto que o “Unibairros” surge. Interessado em atuar como espaço de reivindicação, também foi um importante meio para a conscientização social, além de fomentar a discussão e a participação popular.

O movimento negro é pauta recorrente de suas edições, havendo ampla reflexão sobre a situação dos afrodescendentes na sociedade. Os temas problematizados estavam concentrados na discriminação racial, mercado de trabalho, identificação do negro e a igualdade.

A década de 1980, por marcar os 100 anos de abolição, traz o tema para os jornais. O “Unibairros” abordou o assunto em grande parte de suas edições, tendo representantes negros do periódico como redatores dessas pautas. Estudar essa temática dentro do jornal é fundamental para entender a representação do negro ao longo da história do jornalismo e, em especial, na imprensa alternativa.



Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira. A modernização da imprensa (1970-2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

FERREIRA, Felipe. Representação e Imprensa Negra: uma análise no papel das narrativas na revista *Raça Brasil*. Mackenzie, 2014. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pos_Graduacao/Doutorado/Letras/Cadernos/Volume_2_-_2014/9_Representacao_e_imprensa_negra_-_revista_Mack__1_.pdf

FERREIRA, Ricardo. Negro midiático: construção e desconstrução do afro-brasileiro na mídia impressa. Revista USP, 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/69/08-ricardo.pdf>

GUIMARÃES, Elione; GUIMARÃES Valéria. Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Fulanfa, 2001;

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 1991.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. Manual de Redação e Estilo. São Paulo, O Estado de S. Paulo/Moderna, 1999.

Unibairros, Juiz de Fora, nº 5, 1981.

Unibairros, Juiz de Fora, nº11, 1982.

Unibairros, Juiz de Fora, nº 17, 1983.

Unibairros, Juiz de Fora, nº 22, 1984.

Unibairros, Juiz de Fora, nº 26, 1985.

Unibairros, Juiz de Fora, nº 30, 1987.

Unibairros, Juiz de Fora, nº 31, 1987.

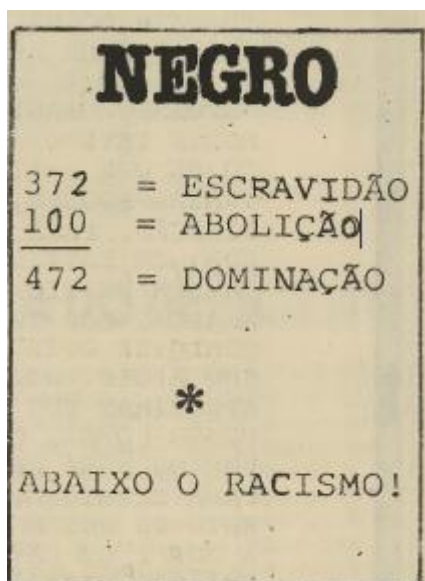
Unibairros, Juiz de Fora, nº 37, 1987.

WERNECK, Sodré. História da Imprensa no Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

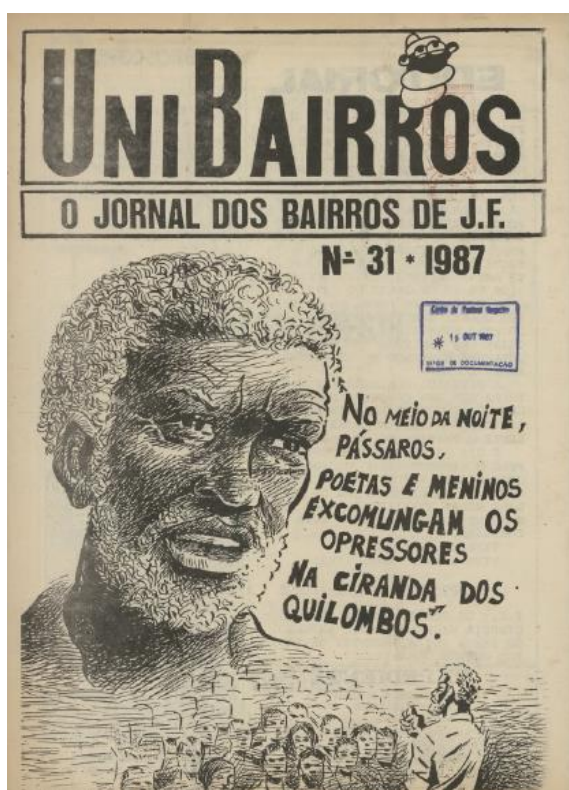
Anexo 1

Edição e Ano	Edições em que o movimento negro estava presente
Edição 1 1980	-
Edição 2 1981	-
Edição 3 1981	-
Edição 4 1981	-
Edição 5 1981	X
Edição 6 1981	X
Edição 7 1981	X
Edição 8 1981	-
Edição 9 1981	X
Edição 10 1981	X
Edição 11 1982	X
Edição 12 1982	X
Edição 13 1982	X
Edição 14 1982	X
Edição 15 1982	X
Edição 16 1982	X
Edição 17 1983	X
Edição 18 1983	X
Edição 19 1983	X
Edição 20 1983	X
Edição 21 1983	X
Edição 22 1984	X
Edição 23 1984	X
Edição 24 1984	-
Edição 25 1984	X
Edição 26 1985	X
Edição 27 1985	-
Edição 28 1986	-
Edição 29 1987	-
Edição 30 1987	X
Edição 31 1987	X
Edição 32 1987	-
Edição 34 1987	X
Edição 36 1988	X
Edição 37 1988	X
Edição 39 1989	-
Edição 41 1989	-

Anexo 2



Anexo 3



Anexo 4

